



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0001544-87.2014.8.17.0000 (0327120-7)
COMARCA: OLINDA
VARA: SEGUNDA CRIMINAL
IMPETRANTES: GENILSON FREIRE DE OLIVEIRA e WELMA ALVES FREIRE DE OLIVEIRA
PACIENTE: ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA PARAÍSO JÚNIOR
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. FECHADO PARA O SEMIABERTO. EXISTÊNCIA DE APELAÇÃO EM CURSO. NÃO CABIMENTO DE WRIT SUBSTITUTIVO. ORDEM NÃO CONHECIDA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Em sendo a matéria aqui tratada afeta ao recurso de apelação nº. 0006649-19.8.17.0990 (0333348-2), não sendo possível a impetração de *writ* como substituto de recurso legalmente previsto, considerando que a matéria demanda revolvimento probatório e, ainda, a fim de não banalizar o uso do *Habeas Corpus*, consoante orientação das Cortes Superiores, não se deve conhecer do *mandamus*.

II – Ordem não conhecida. Decisão uníssona.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº **0001544-87.2014.8.17.0000 (0327120-7)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em não conhecer do presente *habeas corpus***, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

Anjf



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS	Nº 0001544-87.2014.8.17.0000 (0327120-7)
COMARCA:	OLINDA
VARA:	SEGUNDA CRIMINAL
IMPETRANTES:	GENILSON FREIRE DE OLIVEIRA e WELMA ALVES FREIRE DE OLIVEIRA
PACIENTE:	ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA PARAÍSO JÚNIOR
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

O advogado **Genilson Freire Oliveira** e a bacharela em Direito **Welma Alves Freire de Oliveira** impetram o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de medida liminar, em favor do Paciente **Alexandre José da Silva Paraíso Júnior**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, em face do processo nº 0006649-19.2013.8.17.0990.

Infere-se dos autos que o Paciente foi condenado pelo crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06, à reprimenda de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, determinando a Juíza de 1º grau o seu cumprimento em regime inicial fechado. Saliente-se que tal *decisum* ainda não transitou em julgado. Encontra-se o Paciente em cárcere desde 02/06/2013.

Aduzem os Impetrantes, em apertada síntese, que o Paciente padece de constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) diante da determinação do cumprimento da pena em regime fechado, sem qualquer fundamentação que justifique tal imposição; e b)

Anjf

CK¹



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

condições subjetivas favoráveis do Paciente, quais sejam: primariedade e bons antecedentes.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 35/36**.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada coatora, Dra. Simone Cristina Barros, ofereceu informações às **fls. 42/43**, dando conta de que **"os autos encontram-se no Tribunal de Justiça para julgamento de recurso de Apelação, quando, permissa vênia, a dosimetria da pena, o regime de cumprimento e demais razões do Impetrante, serão objeto de discussão e análise"**.

Diante disso, à **fl. 45**, determinei a extração de cópias do mencionado recurso, o qual se encontra sob minha relatoria, tendo elas sido juntadas às **fls. 46/67**.

A Procuradoria de Justiça, através da Procuradora, Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou parecer, às **fls. 71/76**, manifestando-se pela concessão da ordem.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0001544-87.2014.8.17.0000 (0327120-7)
COMARCA: OLINDA
VARA: SEGUNDA CRIMINAL
IMPETRANTES: GENILSON FREIRE DE OLIVEIRA e WELMA ALVES FREIRE DE OLIVEIRA
PACIENTE: ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA PARAÍSO JÚNIOR
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Inicialmente, cabe salientar que a matéria aqui tratada é afeta a recurso ordinário (apelação), sendo orientação das Cortes Superiores o seu não conhecimento, a fim de não banalizar o uso do *Habeas Corpus*, com a ressalva das hipóteses de flagrante ilegalidade, nas quais deverá ser concedida a ordem de ofício.

Nesse sentido, julgado do STJ:

"HABEAS CORPUS. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESVIRTUAMENTO. ARTIGO 12, § 2º, III, DA LEI 6.368/1976. ABOLITIO CRIMINIS. NÃO OCORRÊNCIA. CONDUCTA QUE SUBSISTE DESDOBRADA NA NOVA LEGISLAÇÃO. LEI PENAL POSTERIOR MAIS BENÉFICA. RETROATIVIDADE. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, alinhando-se à nova jurisprudência da Corte Suprema, também passou a restringir as hipóteses de cabimento do habeas corpus, não admitindo que o remédio constitucional seja utilizado em substituição ao recurso ou ação cabível, ressalvadas as situações em que, à vista da flagrante ilegalidade do ato apontado como coator, em prejuízo da liberdade



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

do(a) paciente, seja cogente a concessão, de ofício, da ordem de *habeas corpus*. (...)

6. Ordem não conhecida. *Habeas corpus* concedido, de ofício, para determinar que o Juízo das Execuções Criminais proceda à nova dosimetria da pena do paciente, tendo como parâmetro o quantum cominado no preceito secundário do artigo 37 da Lei n. 11.343/2006, por força do disposto no artigo 5º, XL, da Constituição Federal.”¹

Assim em sendo o recurso de apelação mais amplo, uma vez que devolve todas a matéria ao Tribunal, a teor do art. do CPP, e, ainda, considerando que a análise acerca da adequação do regime prisional fixado demanda revolvimento probatório, não é cabível a utilização do presente *writ* na espécie.

Além disso, a matéria posta está em discussão nos autos da apelação criminal nº. 0006649-19.2013.8.0990 (0333348-2), também sob a relatoria do subscritor do presente, razão pela qual não haverá prejuízo para o paciente.

Diante de tudo quanto foi exposto, **voto pelo não conhecimento do *habeas corpus*.**

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

¹ STJ, HC 156656/RJ, rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 15/05/2014.